

# Sumário

## CAPÍTULO 1 - RESPONSABILIDADE CIVIL

<b>1. A Responsabilidade Civil das Instituições Financeiras.....</b>	<b>23</b>
1.1. Introdução.....	23
1.2. Conceito de Instituição Financeira.....	24
1.3. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor.....	26
1.4. Da Responsabilidade da Instituição Financeira.....	35
1.5. Competência Judicial e Administrativa.....	36
1.6. Da Responsabilidade dos Administradores da Instituição Financeira.....	42
<b>2. Responsabilidade civil das instituições financeiras no relacionamento com seus clientes.....</b>	<b>49</b>
2.1. Introdução.....	49
2.2. Responsabilidade civil do banco pelo assalto cometido no caixa eletrônico.....	50
2.3. Responsabilidade civil do banco pelo não pagamento do convênio médico.....	54
2.4. Possibilidade de retirada da responsabilidade civil do banco caso o assalto ao motoqueiro seja considerado fato de terceiro....	56
2.5. Consequência caso fosse constatada a falta de fundos anterior ao assalto em sua conta.....	59
2.6. Responsável pela baixa no banco de dados e no cartório de protesto.....	60
2.7. Disponibilização de cadastro e informações bancárias	

sem autorização de seu titular.....	62
2.8. Possibilidade de o banco enviar informações para as empresas de proteção ao crédito.....	64
2.9. Conclusão.....	67
<b>3. O Código Civil em Vigor e o Dano Moral.....</b>	<b>67</b>

## **CAPÍTULO 2 - DOS JUROS**

<b>1. Juros no Direito Brasileiro.....</b>	<b>77</b>
1.1. Breve Histórico.....	77
<b>2. Conceito.....</b>	<b>81</b>
<b>3. Classificação.....</b>	<b>83</b>
<b>4. Juros Remuneratórios.....</b>	<b>90</b>
<b>5. Julgamento das Questões Idênticas que Caracterizam a Multiplicidade – Art. 543, § 7º do CPC.....</b>	<b>107</b>
5.1. Juros remuneratórios.....	107
5.1.1. Juros Remuneratórios Pactuados.....	107
5.1.2. Não abusividade pela simples estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano.....	108
5.1.3. A Revisão dos Juros Remuneratórios Pactuados.....	109
5.2. Taxa aplicável quando reconhecida a abusividade na contratação dos juros remuneratórios.....	115
5.3. Consolidação da Jurisprudência.....	116
<b>6. Período da Inadimplência.....</b>	<b>117</b>
6.1. Configuração da Mora.....	117
6.2. Configuração da mora na ausência de abusividade.....	119

6.3. Somente o abuso na cobrança de encargo 'da normalidade' descaracteriza a mora.....	120
6.4. Consolidação Jurisprudencial.....	120
6.5. Juros Moratórios.....	120
6.6. Posicionamento Atual da 2ª Seção.....	121
6.7. Juros moratórios – Limitação de 1% ao mês.....	121
6.8. Consolidação Jurisprudencial.....	122
6.9. Cadastro de Inadimplência .....	122
6.10. Pedido de antecipação de tutela.....	123
6.11. Cadastros de inadimplência - Pedido de Antecipação de Tutela.....	123
6.12. Sentença com Resolução do Mérito.....	124
6.13. Consolidação da Jurisprudência.....	124
<b>7. Disposições de Ofício, Revisão de Ofício de Cláusulas Contratuais nas Instâncias Ordinárias.....</b>	<b>125</b>
7.1. Consolidação da Jurisprudência.....	128
<b>8. Resumo das Orientações - Art. 543-C, § 7º, do CPC.....</b>	<b>128</b>
8.1. Juros Remuneratórios.....	128
8.2. Configuração da Mora.....	129
8.3. Juros Moratórios.....	129
8.4. Inscrição/Manutenção em Cadastro de Inadimplentes.....	129
8.5. Julgamento com Disposições de Ofício.....	130
<b>9. Julgamento do Recurso Representativo.....</b>	<b>130</b>
9.1. Deficiência na fundamentação - REsp n.º 1.061.530/RS.....	130
9.2. Violação a dispositivos constitucionais.....	130
<b>10. Capitalização de Juros.....</b>	<b>131</b>
10.1. Impossibilidade da apreciação da constitucionalidade da MP n.º 1.963-17/00 em recurso especial.....	131

10.2. Disposições de ofício.....	131
<b>11. Juros remuneratórios.....</b>	<b>132</b>
<b>12. Configuração da Mora.....</b>	<b>133</b>
12.1. Inscrição em cadastro de inadimplentes.....	133
12.2. Manutenção na posse.....	133
12.3. Protesto de Título.....	134
<b>13. Depósitos.....</b>	<b>134</b>
<b>14. Comissão de Permanência.....</b>	<b>135</b>
14.1. Juízo de Admissibilidade.....	135
14.1.1. Definição.....	135
<b>15. A evolução jurisprudencial da 2ª Seção.....</b>	<b>137</b>
<b>16. Processo Civil, Contrato Bancário, revisional, Comissão de Permanência, Licitude da Cobrança.....</b>	<b>139</b>
16.1. Orientação 1 – Manutenção Isolada da Comissão de Permanência e Afastamento de outros Encargos.....	140
16.2. Orientação 2 – Afastamento da Comissão de Permanência e Manutenção dos Outros Encargos.....	141
<b>17. Da Ilegalidade da Comissão de Permanência.....</b>	<b>141</b>
<b>18. Dispositivo.....</b>	<b>144</b>
<b>19. Juros de Mora.....</b>	<b>166</b>
<b>20. Juros Legais.....</b>	<b>168</b>
<b>21. A Capitalização dos Juros.....</b>	<b>169</b>

## **CAPÍTULO 3 - CRÉDITO RURAL**

<b>1. Objetivo.....</b>	<b>179</b>
-------------------------	------------

<b>2. Crédito de Custeio.....</b>	<b>184</b>
<b>3. Crédito de investimento.....</b>	<b>189</b>
3.1. Linhas gerais de Crédito.....	190
3.1.1. Com recursos da parcela obrigatória dos depósitos à vista (MCR 6-2).....	190
3.1.2. BNDES/FINAME Agrícola especial (resolução CMN/BACEN Nº 3.075, de 24/04/2003).....	191
3.1.3. BNDES Automático.....	193
<b>4. “Famílias de programas” BNDES.....</b>	<b>195</b>
4.1. Programa de modernização de frota de tratores agrícolas e implementos associados e colheitadeiras – MODERFROTA.....	196
4.2. Programa de incentivo a irrigação e à armazenagem MODERINFRA - (Res.CMN/BACEN Nº 3.092, de 25/06/2003).....	197
4.3. Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária - PRODECOOP (Resolução CMN/BACEN Nº 3.087, de 25/06/2003).....	199
4.4. Programa de modernização da agricultura e conservação de recursos naturais - MODERAGRO (Resolução CMN/BACEN Nº 3.093, de 25/06/2003).....	202
4.5. Programa de desenvolvimento da fruticultura - PRODEFRUTA (Resolução CMN/BACEN Nº 3.095, de 25/06/2003).....	203
4.6. Programa de desenvolvimento do agronegócio-PRODEAGRO (Resolução CMN/BACEN Nº 3.094, de 25/06/2003).....	205
4.7. Programa de incentivo à mecanização, ao resfriamento e ao transporte granelizado da produção de leite – PROLEITE (Resolução CMN/BACEN Nº 3.088, de 25/06/2003).....	207
4.8. Programa de plantio comercial de florestas – PROPFLORA (Resolução CMN/BACEN Nº 3.089, de 25/06/2003).....	208
<b>5. Crédito de Comercialização.....</b>	<b>210</b>
5.1. Empréstimo do Governo Federal – EGF.....	210
5.1.1. Empréstimo do Governo Federal, sem opção de venda EGF/SOV para produtores rurais e suas cooperativas.....	210

5.1.2. Empréstimo do Governo Federal, sem opção de venda EGF/SOV para beneficiadores, indústrias e cooperativas de produtores.....	212
5.2. Nota promissória rural - NPR e duplicata rural – DR.....	213
5.3. Linha especial de comercialização - LEC.....	214
<b>6. Programa de geração de emprego e renda rural PROGER rural.....</b>	<b>215</b>
6.1. Crédito Rotativo de Custeio para Produtores - Proger Rural Rotativo.....	219
<b>7. Atividades que Podem ser Financiadas pelo Crédito Rural.....</b>	<b>220</b>
<b>8. Classificação do Custeio.....</b>	<b>220</b>
<b>9. A que pode se destinar o crédito de custeio.....</b>	<b>220</b>
<b>10. A contratação de assistência técnica .....</b>	<b>221</b>
<b>11. Exigências essenciais para concessão de crédito rural.....</b>	<b>222</b>
<b>12. Garantias necessárias para obtenção de financiamento rural..</b>	<b>222</b>
<b>13. Fiança.....</b>	<b>228</b>
<b>14. Aval.....</b>	<b>232</b>
<b>15. Tipos de Aval.....</b>	<b>233</b>
<b>16. Despesas sujeitas ao crédito rural.....</b>	<b>237</b>
<b>17. Classificação dos recursos do crédito rural.....</b>	<b>241</b>
<b>18. Limites de financiamento.....</b>	<b>242</b>
<b>19. Taxas efetivas de juros segundo a origem dos recursos aplicados.....</b>	<b>243</b>
<b>20. Financiamentos ao amparo dos Programas com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....</b>	<b>244</b>

<b>21. Liberação do Crédito Rural.....</b>	<b>244</b>
<b>22. O Pagamento do Crédito Rural.....</b>	<b>245</b>
<b>23. Instrumentos Utilizados para a Formalização do Crédito Rural..</b>	<b>248</b>
<b>24. Nota Promissória Rural.....</b>	<b>251</b>
<b>25. Duplicata Rural.....</b>	<b>256</b>
<b>26. Utilização dos Títulos de Crédito Rural.....</b>	<b>258</b>
<b>27. A eficácia do crédito rural contra terceiros.....</b>	<b>259</b>
<b>28. Juros remuneratórios.....</b>	<b>259</b>
<b>29. Sistema nacional de crédito rural (SNCR).....</b>	<b>261</b>
<b>30. Beneficiários do Crédito Rural.....</b>	<b>263</b>
<b>31. Jurisprudências Relacionadas.....</b>	<b>266</b>

## **CAPÍTULO 4 - DO CHEQUE**

<b>1. Definição.....</b>	<b>273</b>
<b>2. Requisitos Essenciais.....</b>	<b>275</b>
<b>3. Aceite.....</b>	<b>277</b>
<b>4. Devolução de cheque.....</b>	<b>279</b>
<b>5. Furto ou Roubo de Cheques.....</b>	<b>286</b>
<b>6. As Novas Regras Trazidas pela Resolução nº 3.972 de 28 de Abril de 2011 (BACEN).....</b>	<b>287</b>
<b>7. Consequências para o Correntista que Emitir Cheque sem Fundos ou Sustar Indevidamente o seu Pagamento.....</b>	<b>290</b>

<b>8. Procedimento do Banco Quando o Cheque Apresentar Valor Numérico Diferente do Valor por Extenso.....</b>	<b>292</b>
<b>9. Prazos para pagamento de cheques.....</b>	<b>293</b>
<b>10. Cheque Cruzado.....</b>	<b>294</b>
<b>11. Obrigação do Fornecimento de Talões de Cheques.....</b>	<b>294</b>
<b>12. Jurisprudências Relacionadas.....</b>	<b>295</b>
12.1. Equívoco na compensação de cheque.....	295
12.2. Cheque Furtado.....	297
12.3. Inscrição Indevida do CPF como Emitente de Cheques sem Provisão de Fundos.....	299
12.4. Cheque Devolvido sem Motivo.....	303
12.5. Subtração de Talonários de Cheques que se Encontram Sobre a Guarda da Instituição Financeira.....	306
12.6. Contrato de Abertura de Crédito Rotativo (Cheque especial)	307
12.7 Compensação de Cheque Nominal sem Endosso.....	308
12.8. Cheque - Juros Moratórios e Remuneratórios - Limitação Legal.....	309
12.9. Compensação de Cheque Prescrito.....	312
12.10. Cheque Clonado.....	313
12.11. Cheque Fraudado.....	313

## **CAPÍTULO 5 - DA PENHORA ON-LINE**

<b>1. Conceito.....</b>	<b>317</b>
<b>2. Origem.....</b>	<b>320</b>
2.1. Da Nomenclatura: Penhora on-line.....	322
2.2. Da Natureza Jurídica.....	323



2.3. Características.....	325
2.3.1. Da celeridade.....	325
2.3.2. Da credibilidade.....	328
2.3.3. Diminuição do valor das custas processuais.....	329
<b>3. Do procedimento processual. Conclusão.....</b>	<b>330</b>

## **CAPÍTULO 6 - CARTÃO DE CRÉDITO**

<b>1. Considerações Iniciais.....</b>	<b>335</b>
<b>2. Conceito.....</b>	<b>336</b>
<b>3. Tipos de Cartão.....</b>	<b>338</b>
3.1. Cartão de Débito.....	338
3.2. Cartão Múltiplo.....	340
3.3. Cartão Pré-Pago.....	340
3.4. Cartão de Loja.....	341
3.5. Cartão Internacional.....	341
<b>4. Comprovante de Pagamento.....</b>	<b>342</b>
<b>5. Validade do Cartão .....</b>	<b>343</b>
<b>6. Contrato de Adesão.....</b>	<b>343</b>
<b>7. Cláusulas Abusivas.....</b>	<b>345</b>
<b>8. Jurisprudências Relacionadas.....</b>	<b>348</b>

## **CAPÍTULO 7 - PENHOR, HIPOTECA E ANTICRESE**

<b>1. Introdução.....</b>	<b>355</b>
<b>2. Jurisprudências Relacionadas.....</b>	<b>367</b>

## **CAPÍTULO 8 - LEASING**

<b>1. Conceito.....</b>	<b>375</b>
<b>2. Prazo de Contratação do Leasing.....</b>	<b>384</b>
<b>3. Quitação do Leasing Antes do Término do Contrato .....</b>	<b>384</b>
<b>4. Jurisprudências Relacionadas.....</b>	<b>385</b>

## **CAPÍTULO 9 - REVISÃO DOS CONTRATOS BANCÁRIOS**

<b>1. Introdução.....</b>	<b>391</b>
<b>2. Análise crítica à luz da jurisprudência do STJ.....</b>	<b>393</b>
<b>3. Juros remuneratórios.....</b>	<b>395</b>
3.1. Conceito.....	395
3.2. Contextualização evolutiva da limitação da taxa de juros remuneratórios a 1% ao mês e inconstitucionalidade da súmula 596 do STF.....	395
3.3. Limitação dos juros remuneratórios no Código Civil de 2002...	399
<b>4. Configuração da mora.....</b>	<b>401</b>
<b>5. Juros moratórios e a inscrição e manutenção em cadastro de inadimplentes do devedor.....</b>	<b>402</b>
<b>6. Revisão contratual “ex officio” .....</b>	<b>403</b>
<b>7. Jurisprudências Relacionadas.....</b>	<b>406</b>

## **CAPÍTULO 10 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

<b>1. Inovações Processuais.....</b>	<b>411</b>
<b>2. Alienação Fiduciária de Bem Imóvel.....</b>	<b>422</b>
<b>3. Depositário Infiel.....</b>	<b>428</b>
<b>4. Da ação de busca e apreensão.....</b>	<b>430</b>
<b>5. Da conversão da ação de busca e apreensão em depósito.....</b>	<b>435</b>
<b>6. Da execução.....</b>	<b>436</b>
<b>5. Jurisprudências Relacionada.....</b>	<b>437</b>

## **CAPÍTULO 11 - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO**

<b>1. Introdução.....</b>	<b>455</b>
<b>2. Os contratos do SFH anteriores ao CDC sem cobertura pelo FCVS- saldo residual (Lei 11.922/09).....</b>	<b>457</b>
2.1. A posição do STJ no sentido da aplicabilidade do CDC aos contratos firmados antes da entrada em vigor daquela norma legal.....	458
2.2. A eficácia mínima de que se devem revestir as normas constitucionais em geral.....	459
2.3. O FCVS e a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos contratos habitacionais que contêm previsão de cobertura por este fundo.....	461
2.4. A Lei 11.922/09 e a possibilidade de refinanciamento dos saldos devedores.....	463
2.5. Trata-se de novação <i>Ope Legis</i> das dívidas oriundas de contratos anteriores a 05/09/2001?.....	466
2.6. O art. 5º parágrafos 2º e 3º da Lei 11.922/09 e a possibilidade de aplicação das normas constantes do CDC aos	

contratos renegociados.....	467
2.7. Os princípios da boa-fé objetiva e da função social dos contratos.....	469
2.8. Art. 5º da LINDB e o direito social de moradia.....	474
<b>3. Considerações.....</b>	<b>476</b>
<b>4. A vontade do legislador na defesa do princípio da irretroatividade das Leis.....</b>	<b>478</b>
4.1. Introdução.....	478
4.2. Consideração de ordem histórica.....	479
4.3. Análise da votação da MP 513/11 no senado .....	482
4.4. da absorção do FESA pelo FCVS.....	487
4.5. Conclusão.....	489

## **CAPÍTULO 12 - COBRANÇA INDEVIDA**

<b>1. Cobranças de Taxas Indevidas.....</b>	<b>493</b>
<b>2. Conta salário e a cobrança indevida de tarifas bancárias com posterior anotação no SPC/SERASA.....</b>	<b>522</b>

## **CAPÍTULO 13 - MODELOS DE AÇÕES**

1. Ação de Dano Moral Bancário - Abertura de Conta Corrente com Documentos Furtados - Ação Declaratória Negativa de Débito c/c Anulação de Protesto Indevido c/c Condenação a Indenização de Danos Morais.....	535
2. Dano Moral - Inclusão Indevida no SERASA.....	552
3. Dano Moral - Indenização e Obrigação de Fazer por Lançamentos Indevidos em Conta Corrente.....	563

4. Dano Moral - Indenização por Cheque Devolvido Indevidamente..	573
5. Dano Moral - Indenização por Restrição ao Crédito.....	577
6. Dano Moral - Obrigação de Fazer Cumulada com Ação de Obrigação de Não Fazer, Ação de Danos Morais e Ação de Danos Patrimoniais Contra Administradora de Cartão de Crédito.....	583
7. Dano Moral - Saques Indevidos - Ação de Indenização por Dano Material c/ Dano Moral.....	596
8. Ação de Indenização por dano moral (documentos utilizados por estelionatários para abrir conta corrente).....	603
9. Ação de danos morais e danos materiais por desconto de cheque fraudado.....	620
10. Ação de danos morais e danos materiais contra instituição bancária por indevida entrega de talão de cheques para terceiros...	633
11. Ação de danos morais, em virtude a constrangimento causado por porta giratória.....	642
12. Cheque Prescrito - Ação Monitória.....	651
13. Agiotagem - Contestação - Ação de Cobrança.....	655
14. Embargos de Terceiro - Ação de Execução Contra Devedores Solventes.....	663
15. Pedido de Parcelamento de Execução.....	672
16. Ação Revisional de Encargos Financeiros cumulada com Repetição de Indébito contra Administradora de Cartão de Crédito...	673
17. Ação Declaratória de Revisão de Cláusulas Contratuais com Pedido de Restituição de Valores e Repetição de Indébito.....	681
18. Ação de Prestação de Contas Contra Instituição Financeira.....	699
19. Ação de Consignação em Pagamento c/c Revisão Contratual c/c Exibição de Contrato com Pedido Liminar de Tutela Antecipatória.....	709
20. Ação de Consignação em Pagamento - (SFH).....	738
21. Ação Revisional de Financiamento de Veículo.....	745
22. Ação Revisional CDC c/c Consignação em Pagamento Financiamento de Veículo.....	751

23. Ação de Consignação em Pagamento c/c Revisão Contratual - Financiamento de Veículo.....	778
24. Ação Declaratória de Quitação de Débito.....	808
25. Pedido de Suspensão de Busca e Apreensão.....	815
26. Pedido de Levantamento de Saldo Remanescente de Financiamento.....	817
27. Contestação à Ação de Busca e Apreensão.....	818
28. Ação Revisional de Cheque Especial.....	839
29. Ação Revisional - Contestação - Conta Corrente - Abertura de Crédito.....	854
30. <i>Leasing</i> - Ação Revisional de Contrato c/c Consignação Incidental com Pedido de Tutela Antecipada.....	863
31. Ação Revisional Arrendamento Mercantil ( <i>Leasing</i> ).....	902
32. Ação Revisional de Contrato de Financiamento c/c Pedido de Liminar e Consignação em Pagamento.....	909
33. Saque Indevido - Ação de Restituição .....	931
34. Embargos à Execução.....	933
35. Embargos Declaratórios (1ª Instância) - Constitutiva Negativa de Nulidade de Cédulas de Crédito Rural.....	994
36. Embargos Declaratórios (2ª Instância).....	996
37. Impugnação à Contestação de Ação Revisional.....	1002
38. Agravo ao STJ Contra Decisão que Negou Recurso Especial e Extraordinário.....	1018
39. Agravo ao STF Contra Decisão que Negou Recurso Especial e Extraordinário.....	1064

## **CAPÍTULO 14 - LEGISLAÇÃO**

<b>Títulos de crédito rural - DECRETO-LEI Nº 167 DE 14/02/1967.....</b>	<b>1081</b>
---	-------------

<b>Título de crédito industrial (Decreto-Lei nº 413 de 9 de Janeiro de 1969).....</b>	<b>1112</b>
<b>Penhor Rural e a Cédula Pignoratícia - Lei nº 492, de 30 de Setembro de 1937.....</b>	<b>1135</b>
<b>Lei da CPR - Lei nº 8.929, de 22 de Agosto de 1994.....</b>	<b>1151</b>
<b>Sistema Financeiro Nacional - Lei nº 4.595 de 31 de Dezembro de 1964.....</b>	<b>1158</b>
<b>Lei do Cheque - Lei nº 7.357 de 2 de Setembro de 1985.....</b>	<b>1190</b>
<b>Lei de Alienação Fiduciária - Lei 9.514 de 20 de Novembro de 1997.....</b>	<b>1211</b>

### **Resoluções do BACEN**

<b>Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009.....</b>	<b>1231</b>
<b>Resolução nº 3.844 de 23 de Março de 2010.....</b>	<b>1233</b>
<b>Regulamento Anexo I à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 - INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO.....</b>	<b>1237</b>
<b>Regulamento Anexo II à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 - CRÉDITO EXTERNO .....</b>	<b>1240</b>
<b>Regulamento Anexo III à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 - ROYALTIES, SERVIÇOS TÉCNICOS E ASSEMELHADOS, ARRENDAMENTO MERCANTIL, OPERACIONAL EXTERNO, ALUGUEL E AFRETAMENTO.....</b>	<b>1247</b>
<b>Regulamento Anexo IV à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 - GARANTIAS PRESTADAS POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....</b>	<b>1249</b>
<b>Regulamento Anexo V à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 - CAPITAL EM MOEDA NACIONAL - LEI Nº 11.371, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006.....</b>	<b>1251</b>
<b>Resolução nº 3.854, de 27 de Maio de 2010 - DOU 28.05.2010.....</b>	<b>1253</b>
<b>Resolução nº 3.846 de 25 de Março de 2010.....</b>	<b>1258</b>

Resolução nº 3.864, de 7 de Junho de 2010.....	<b>1260</b>
Resolução nº 3.972 de 28 de Abril de 2011 - D.O.U. 29/04/2011.....	<b>1261</b>
Resolução nº 3.973 de 26 de Maio de 2011.....	<b>1269</b>
Resolução nº 3.974 de 27 de Maio de 2011.....	<b>1270</b>
Resolução nº 3.975 de 27 de Maio de 2011.....	<b>1272</b>
Resolução nº 3.976 de 27 de Maio de 2011.....	<b>1274</b>
Resolução nº 3.977 de 31 de Maio de 2011.....	<b>1276</b>
Resolução nº 3.978 de 31 de Maio de 2011.....	<b>1285</b>
Resolução nº 3.979 de 31 de maio de 2011.....	<b>1290</b>
Resolução nº 3.980 de 31 de maio de 2011.....	<b>1318</b>
Resolução nº 3.981 de 1º de junho de 2011.....	<b>1319</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>1321</b>
--	-------------

<b>ÍNDICE ALFABÉTICO.....</b>	<b>1329</b>
-------------------------------	-------------